Produzir

TEMPOS BICUDOS



Gustavo Diniz Junqueira*

O PLANO Decenal de Expansão de Energia para 2023, publicado pelo Ministério de Minas e Energia, prioriza as fontes renováveis no atendimento ao crescente consumo energético do País.

Alinhado à Politica Nacional sobre Mudança do Clima, o documento assinala que a valorização da energia "verde" é um compromisso brasileiro e que o crescimento econômico será baseado em uma matriz energética limpa e renovável. No mesmo Plano, o etanol é um dos destaques.

Entretanto, a atual administração federal vem conduzindo uma política desastrosa para o setor sucroenergético. No Plano, o etanol é compreendido como imprescindível, mas o caminho para que isso se concretize não está sendo pavimentado; aliás, pelo contrário.

Na administração do presidente Lula, o etanol foi alardeado mundo afora como o melhor programa energético para atender a demanda mundial por soluções ambientalmente corretas. Houve o estímulo ao aumento da frota *flex fuel* e a perspectiva de exportação do produto.

Toda essa expectativa desencadeou um *boom* de investimentos e aquisições a partir de 2006, mas nem todos os projetos foram bem planejados ou alavancados, com a maioria guiada por uma miopia acerca dos riscos financeiros e operacionais embutidos no negócio.

Com a crise de 2008, os riscos aumentaram e as taxas de retorno exigidas pelo mercado subiram e levaram ao cancelamento de investimentos e novos recursos. Simultaneamente, acirrou-se a política governamental favorável ao uso da gasolina, por meio da retirada da CIDE e a redução dos preços da energia de biomassa nos leilões de energia para níveis que inviabilizavam investimentos.

Em 2009, 60% dos veículos *flex* rodavam com etanol. Hoje, este percentual está em 35%. Adicionalmente, o setor está enfrentando desafios operacionais, climáticos, regulatórios e de mercado que, combinados à catastrófica política governamental, desencadeiam a "tempestade perfeita".

O setor foi bombardeado, ainda, com o aumento de exigências ambientais e trabalhistas, o que levou à intensificação da mecanização e a mudanças de técnicas no cultivo das lavouras. Tudo isso aconteceu muito rapidamente e em anos marcados por períodos climáticos muito fora do normal e sem a disponibilidade de mão de obra qualificada para operar as novas máquinas. O resultado foi a quebra de produtividade, a explosão dos custos, a aplicação de multas indiscriminadamente e prejuízos gigantescos.

O desincentivo ao etanol levou, ainda, à elevação da oferta de açúcar no mercado internacional, derrubando os preços abaixo dos novos custos de produção.

Esse cenário levou empresas menos eficientes a grandes perdas, com um número elevado de fechamentos – mais de cinquenta – e aumento do endividamento das usinas, o que, consequentemente, atingiu plantadores de cana, fornecedores de equipamentos, cidades e pessoas de economias regionais que têm no agronegócio da cana seu lastro de confiança.

É inquestionável que, no segmento de combustíveis, as regras de um mercado livre estão sendo desrespeitadas. A ausência total de previsibilidade acerca da matriz energética desejada é o cerne da questão. Não se preconiza a escolha desta em detrimento daquela fonte de energia; o que se cobra é transparência e menos interferência governamental.

Não se deve esperar nada mais do Governo do que uma política clara e consistente. A recuperação do setor será lenta e deverá ser articulada e executada pelo próprio segmento.

O foco deve ser na redução incansável de custos e na busca constante por ganhos de eficiência. Passada a crise, devemos estar preparados para um novo ciclo intenso de fusões e aquisições, para que verticalização e escala possam ser alcançadas. Os que não se articularem para fazer parte de um grande grupo estarão fora do jogo. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)